



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

PARECER

DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 223/2017.

Autoria da Vereadora NEIDIA MAURA PIMENTEL

Ementa: Projeto de Lei – Dispõe sobre o acompanhamento Pedagógico-familiar para alunos em situação de risco social da rede municipal de ensino.

A Presidência desta Casa de Leis encaminhou-nos o processo para a necessária averiguação de sua constitucionalidade e do interesse público em sua realização, com consequente emissão de Parecer conforme determina o art. 65 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Pois bem. No caso em tela, entendo configurado o interesse público no Projeto de Lei em referência. Isso porque, conforme restou demonstrado no bojo do Projeto e em sua Justificativa, o comando normativo que emerge da proposição tem caráter social à medida.

Diante do exposto, tenho por satisfeito o requisito interesse público no caso concreto.

No que se refere à constitucionalidade do projeto, importante pontuar que o projeto se enquadra na competência legislativa do Município, bem como seu conteúdo se coaduna com o ordenamento vigente, como restará demonstrado.

Insta salientar, nesse ponto, que o indigitado Projeto de Lei se enquadra dentre as matérias elencadas entre aquelas passíveis de regulamentação pelo Município. É o que se colhe do art. 30, I e II, da Constituição Federal, do



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

art. 28, I e II, da Carta Maior Capixaba, e do art. 30, I e II, da Lei Orgânica Municipal, todos dispositivos que asseguram a competência do Município para legislar acerca de assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual.

Isso porque, diante da situação exposta pelos parlamentares na justificativa, afigura-se incontestável o valor da medida e a relevância que teria no âmbito do Município, o acompanhamento Pedagógico-familiar para alunos em situação de risco social da rede municipal de ensino.

A Lei Orgânica Municipal, autoriza a municipalidade a dispor sobre assuntos de interesse local. É o que se colhe do seguinte dispositivo da Lei Maior do Município, *in verbis*:

“Art. 30 - Compete privativamente ao Município de Serra:

(...)

I - legislar sobre assuntos de interesse local.”

Com isso, apesar de constitucional quanto ao conteúdo, o projeto, o qual reitero sua importância, apresenta inconstitucionalidade no que diz respeito ao requisito formal da iniciativa.

Assim sendo, acompanhamos o valoroso e embasado parecer jurídicos produzidos pela Procuradoria desta Casa.

Diante desse quadro (interesse público de que a lei seja editada, mas obrigatoriedade de que o seja através de iniciativa do Poder competente), entendo que deve ser aplicado ao caso o instituto do “Projeto Indicativo” previsto na alínea “m”, do art. 96, e no art. 112, do Regimento Interno deste Parlamento, pelo qual, em suma, a Vereadora autora da norma recomenda ao Prefeito que dê início a processo legislativo que verse sobre matéria de sua competência, sugerindo-lhe a minuta do texto normativo. A propósito, vejamos a letra dos mencionados dispositivos legais.

“Art. 96 - São modalidades de proposição:

(...).

m – Projetos Indicativos; (...).”



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

“Art. 108 – O Projeto Indicativo é a recomendação da Câmara Municipal da Serra ao Poder Executivo local, no sentido de que este promova a abertura de processo legislativo que verse sobre matéria de sua competência.

Parágrafo único. Os Projetos Indicativos encaminhados pela Câmara ao Poder Executivo deverão necessariamente conter a forma de Minuta de Lei.”

Posto isso, firmado em todas as razões e fundamentos já consignados, opino pela inconstitucionalidade da edição da lei pretendida por iniciativa desta Câmara Municipal, sugerindo, entretanto, que seja o Projeto de autoria da Vereadora Neidia Maura Pimentel, recomendado por este Parlamento ao Chefe do Poder Executivo na forma de “Projeto Indicativo”.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 09 de janeiro de 2018.

MIGUEL MATES SANTOS

Relator - Presidente

ALEXANDRE ARAUJO MARÇAL

Membro

STEFANO SBARDELOTTI DE ANDRADE

Membro